



# Julgados em números

Nº 11 - JULHO A SETEMBRO DE 2020

Esta é uma publicação trimestral que analisa quantitativamente a jurisprudência da 2ª Instância do TJMG, com base em temática e critérios preestabelecidos.

## Tema: NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA

TOTAL DE DECISÕES ANALISADAS: **203** DATA DE PUBLICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS: **1º/1/2012 a 31/10/2020**

**61,1%**

das decisões analisadas consideram que as medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha possuem natureza jurídica de **MEDIDA CAUTELAR**;

**38,9%**

dos julgados analisados afirmam que as medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha possuem natureza jurídica de **TUTELA INIBITÓRIA**.

### DISPOSITIVOS MAIS ACIONADOS

- Artigo 22 da Lei 11.340/2006 ..... 187 citações
- Artigo 19 da Lei 11.340/2006 ..... 42 citações
- Artigo 19, § 2º da Lei 11.340/2006 ..... 32 citações
- Artigo 23 da Lei 11.340/2006 ..... 27 citações
- Artigo 24 da Lei 11.340/2006 ..... 26 citações

### JURISPRUDÊNCIAS DE TRIBUNAIS SUPERIORES MAIS CITADAS

- STJ - AgRg REsp 1566547/MG ..... 3 citações
- STJ - REsp 1419421/GO ..... 2 citações

### CRITÉRIOS DE ANÁLISE

**TERMOS BUSCADOS:** "medidas protetivas" e "natureza jurídica"

Dúvidas ou sugestões: [julgados.emnumeros@tjmg.jus.br](mailto:julgados.emnumeros@tjmg.jus.br). Para outras edições, acesse o **Portal TJMG** em **Jurisprudência**